

## Ficha de unidade curricular

### Curso de Mestrado Profissionalizante

Unidade curricular

Direito Processual Civil IV

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Isabel Maria Grosso Elias de Oliveira Alexandre; 2 horas semanais, correspondendo a 2 aulas teórico-práticas

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Nesta disciplina analisa-se o sistema de recursos cíveis português, proporcionando aos estudantes o conhecimento dos seus princípios e tramitação, normalmente não aflorados na licenciatura e de extrema relevância prática.

Conteúdos programáticos

1. Formas de impugnação de decisões judiciais: reclamações e recursos;
2. Finalidades da impugnação: recursos ordinários, reclamações e recursos extraordinários;
3. O direito (fundamental) à impugnação das decisões judiciais;
4. As decisões judiciais inimpugnáveis;
5. A renúncia à impugnação das decisões judiciais;
6. A caducidade da impugnação das decisões judiciais;
7. A aplicação no tempo da lei relativa à impugnação das decisões judiciais;
8. Impugnação das decisões arbitrais;
9. Sede legal dos recursos cíveis;
10. Referência à Reforma de 2007 do CPC de 1961;
11. Referência ao CPC de 2013;
12. Referência aos recursos em outros ramos do direito;
13. A organização dos tribunais judiciais: a sua hierarquização para efeitos de recursos;
14. A competência do Tribunal Constitucional para o conhecimento de recursos;
15. Aspectos gerais dos recursos ordinários (apelação, revista);
16. Aspectos gerais dos recursos extraordinários (uniformização de jurisprudência, revisão);
17. Os recursos de constitucionalidade e de legalidade para o Tribunal Constitucional.

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos são muito vastos e serão tratados quer numa perspectiva doutrinal quer jurisprudencial, pelo que os estudantes ficarão com uma boa visão geral do sistema.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

As aulas são estruturadas de modo a conjugar uma componente teórica e uma componente participativa por parte dos alunos.

As primeiras aulas serão predominantemente de cariz teórico-formativo, nelas sendo dada uma panorâmica geral dos temas clássicos dos recursos, fomentando-se, porém, a participação dos alunos.

Nas aulas subsequentes cada aluno exporá um tema por si escolhido, seguindo-se discussão alargada.

Durante todo o período lectivo serão analisados acórdãos e textos sobre temas específicos, quer de autores portugueses quer estrangeiros.

As exposições orais dos alunos serão objecto de avaliação, valendo 50% da nota da prova escrita final.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A metodologia de ensino adoptada, depois de situar os alunos no complexo quadro dos recursos cíveis, permite identificar múltiplas questões suscitadas pelo quadro legal dos recursos cíveis.

#### Bibliografia principal

##### GERAL:

AA.VV., *As recentes reformas na acção executiva e nos recursos: 1º Curso Pós-Graduado em Direito Processual Civil* (org. Miguel Teixeira de Sousa, Paula Costa e Silva, Rui Pinto), Coimbra, Coimbra Editora, 2010.

BRITO, José Alves de, “Notas soltas sobre a reforma do regime de recursos em processo civil”, in *Scientia Iuridica*, ano 56, 2007, n.º 311, págs. 517-545.

CASANOVA, J. F. Salazar / CASANOVA, Nuno Salazar, “Apontamentos sobre a reforma dos recursos”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 68, 2008, págs. 51-95.

FERREIRA, Fernando Amâncio, *Manual dos recursos em processo civil*, 9ª ed., Coimbra, Almedina, 2009.

FERREIRA, J. O. Cardona,

– “A reforma do regime legal dos recursos cíveis de 2007: algumas notas”, in *O Direito*, ano 148, n.º 2, 2008, págs. 317-331;

– *Guia de recursos em processo civil*, 5ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2010.

FREITAS, José Lebre de / MENDES, Armindo Ribeiro, *Código de processo civil anotado*, vol. 3º, tomo I, 2ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2008.

GERALDES, António Santos Abrantes,

– *Recursos em processo civil: novo regime*, 3ª ed., Coimbra, Almedina, 2010;

– *Recursos no novo Código de Processo Civil*, Coimbra, Almedina, 2013.

LAMEIRAS, Luís Brites, *Notas práticas ao regime dos recursos em processo civil: Decreto-Lei n.º 303/2007, de 24 de Agosto*, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2009.

MENDES, Armindo Ribeiro, *Recursos em processo civil: Reforma de 2007*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009.

MENDES, João de Castro, *Direito processual civil*, IIIº vol., Lisboa, A.A.F.D.L., 1989.

MENDONÇA, Luís Correia de / ANTUNES, Henrique, *Dos recursos: regime do Decreto-Lei n.º 303/2007*, Lisboa, Quid Juris, 2009.

*Reforma dos recursos em processo civil: trabalhos preparatórios*, Direcção-Geral da Política de Justiça, Lisboa, Almedina, 2008.

REIS, José Alberto dos, *Código de processo civil anotado*, vol. V, reimpr., Coimbra, Coimbra Editora, 1984.

SOUSA, Miguel Teixeira de,

– *Estudos sobre o novo processo civil*, 2ª ed., Lisboa, Lex, 1997;

– “Reflexões sobre a reforma dos recursos em processo civil”, in *Cadernos de Direito Privado*, n.º 20, 2007, págs. 3-13.

ESPECÍFICA:

ALEXANDRE, Isabel,

– “Problemas recentes da uniformização da jurisprudência em processo civil”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 60, 2000, págs. 103-163;

– “Factos novos e factos supervenientes na fase dos recursos cíveis”, in *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas*, vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 2013, págs. 835-869

COELHO, Carla Góis, *A verdade material e a verdade processual: a caducidade do recurso extraordinário de revisão*, Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, 2011.

DIAS, João Álvaro, “Como syndicar as decisões dos tribunais arbitrais?”, in *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Manuel Henrique Mesquita*, vol. I, Coimbra, 2009, págs. 735-749.

FREITAS, José Lebre de,

– “Regime da decisão do Supremo Tribunal de Justiça sobre ampliação da matéria de facto”, in *Themis*, ano IX, n.º 17, 2009, págs. 67-74;

– “A identidade do objecto da decisão na norma excludente do recurso de revista”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 69, 2009, págs. 859-867;

– “Regime de subida da apelação” in *Cadernos de Direito Privado*, Número especial 1, Dezembro 2010, págs. 76 – 79;

MARQUES, J. P. Remédio, “Um breve olhar sobre o duplo grau de jurisdição em matéria de facto”, in *Cadernos de Direito Privado*, Número especial 1, Dezembro 2010, págs. 80 –90.

PEREIRA, João Aveiro, “O ónus de concluir nas alegações de recurso em processo civil”, in *O Direito*, ano 141, n.º 2, 2009, págs. 309-337.

PISSARRA, Nuno Andrade,

– “O conhecimento de factos supervenientes relativos ao mérito da causa pelo tribunal de recurso em processo civil”, *ROA*, ano 72, 2012, págs. 287-334;

– “Breves notas sobre os artigos 678º, 691º, 721º e 721º-A do Código de Processo Civil”, *O Direito*, 144º, 2012, págs. 259-315.

REGO, Carlos Lopes do, “Recurso da decisão de regulação do exercício do poder paternal: inconstitucionalidade da interpretação normativa do n.º 2 do artigo 680º do Código de Processo Civil que denega legitimidade para recorrer aos detentores da guarda de facto de menor”, in *Revista do Ministério Público*, ano 28, n.º 109, 2007, págs. 173-180.

SILVEIRA, Jorge Noronha, *Pluralidade das partes na fase dos recursos em processo civil*, Coimbra, Almedina, 1981.

SOARES, António Quirino Duarte, “Um novo papel para o Supremo Tribunal de Justiça”, in *Cadernos de Direito Privado*, Número especial 1, Dezembro 2010, págs. 91 –100.

SOUSA, Miguel Teixeira de, “Dupla conforme: critério e âmbito de conformidade”, in *Cadernos de Direito Privado*, n.º 21, 2008, págs. 21-27.

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Curricular unit sheet

### Course Mestrado Profissionalizante

#### Curricular unit

Civil Procedure IV

#### Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Isabel Maria Grosso Elias de Oliveira Alexandre; 2 hours per week, corresponding to 2 lectures combining theory and practice

#### Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

Not applicable

#### Learning outcomes of the curricular unit

This course analyzes the system of Portuguese civil appeals, providing students with the knowledge of its principles and procedure: these are usually not touched upon during his degree and are of great practical relevance.

#### Syllabus

1. Forms of challenging judicial decisions: complaints and appeals;
2. Purpose of the challenge: ordinary appeals, complaints and appeals after the final judgment;
3. The right (fundamental) to challenge court decisions;
4. Court decisions that can not be contested;
5. The waiver to challenge court decisions;
6. Forfeiture of the right to challenge court decisions;
7. The temporal application of law on the challenge of judicial decisions;
8. Challenges to decisions of arbitral tribunals;
9. Legal provisions on civil appeals;
10. Changes to the 1961 CPC (2007 revision);
11. CPC 2013;
12. Reference to appeals in other branches of law;
13. The organization of the courts: their hierarchy for the purpose of appeals;
14. The jurisdiction of the Constitutional Court for knowledge appeals;
15. Overview of regular appeals (*apelação, revista*);
16. Overview of the extraordinary appeals (standardization of case law, review);
17. The appeals of constitutionality and legality before the Constitutional Court.

#### Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

The contents are very broad and will be treated either in a doctrinal perspective or case law, the students will stay with a good overview of the system.

#### Teaching methodologies (including evaluation)

Classes are structured to combine both a theoretical and a participatory component by students. The first classes will be predominantly theoretical and formative nature in them being given an overview of the classic themes of appeals, fostering, though, student participation. In subsequent classes each student will expose a subject of their choice, followed by extended discussion. Throughout the semester judgments and texts on specific topics will be analyzed either in Portuguese or foreign authors. Oral presentations by students will be assessed, worth 50% of final written test score.

#### Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

The teaching methodology integrates students in the complex framework of civil appeals and allows them to then identify multiple issues raised by the legal framework of civil proceedings.

## Main Bibliography

### GENERAL:

AA.VV., *As recentes reformas na acção executiva e nos recursos: 1º Curso Pós-Graduado em Direito Processual Civil* (org. Miguel Teixeira de Sousa, Paula Costa e Silva, Rui Pinto), Coimbra, Coimbra Editora, 2010.

BRITO, José Alves de, “Notas soltas sobre a reforma do regime de recursos em processo civil”, in *Scientia Iuridica*, ano 56, 2007, n.º 311, págs. 517-545.

CASANOVA, J. F. Salazar / CASANOVA, Nuno Salazar, “Apontamentos sobre a reforma dos recursos”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 68, 2008, págs. 51-95.

FERREIRA, Fernando Amâncio, *Manual dos recursos em processo civil*, 9ª ed., Coimbra, Almedina, 2009.

FERREIRA, J. O. Cardona,

– “A reforma do regime legal dos recursos cíveis de 2007: algumas notas”, in *O Direito*, ano 148, n.º 2, 2008, págs. 317-331;

– *Guia de recursos em processo civil*, 5ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2010.

FREITAS, José Lebre de / MENDES, Armindo Ribeiro, *Código de processo civil anotado*, vol. 3º, tomo I, 2ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2008.

GERALDES, António Santos Abrantes,

– *Recursos em processo civil: novo regime*, 3ª ed., Coimbra, Almedina, 2010;

– *Recursos no novo Código de Processo Civil*, Coimbra, Almedina, 2013.

LAMEIRAS, Luís Brites, *Notas práticas ao regime dos recursos em processo civil: Decreto-Lei n.º 303/2007, de 24 de Agosto*, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2009.

MENDES, Armindo Ribeiro, *Recursos em processo civil: Reforma de 2007*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009.

MENDES, João de Castro, *Direito processual civil*, IIIº vol., Lisboa, A.A.F.D.L., 1989.

MENDONÇA, Luís Correia de / ANTUNES, Henrique, *Dos recursos: regime do Decreto-Lei n.º 303/2007*, Lisboa, Quid Juris, 2009.

*Reforma dos recursos em processo civil: trabalhos preparatórios*, Direcção-Geral da Política de Justiça, Lisboa, Almedina, 2008.

REIS, José Alberto dos, *Código de processo civil anotado*, vol. V, reimpr., Coimbra, Coimbra Editora, 1984.

SOUSA, Miguel Teixeira de,

– *Estudos sobre o novo processo civil*, 2ª ed., Lisboa, Lex, 1997;

– “Reflexões sobre a reforma dos recursos em processo civil”, in *Cadernos de Direito Privado*, n.º 20, 2007, págs. 3-13.

### SPECIFIC:

ALEXANDRE, Isabel,

– “Problemas recentes da uniformização da jurisprudência em processo civil”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 60, 2000, págs. 103-163;

– “Factos novos e factos supervenientes na fase dos recursos cíveis”, in *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor José*



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Lebre de Freitas, vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 2013, págs. 835-869

COELHO, Carla Góis, *A verdade material e a verdade processual: a caducidade do recurso extraordinário de revisão*, Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, 2011.

DIAS, João Álvaro, “Como syndicar as decisões dos tribunais arbitrais?”, in *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Manuel Henrique Mesquita*, vol. I, Coimbra, 2009, págs. 735-749.

FREITAS, José Lebre de,

– “Regime da decisão do Supremo Tribunal de Justiça sobre ampliação da matéria de facto”, in *Themis*, ano IX, n.º 17, 2009, págs. 67-74;

– “A identidade do objecto da decisão na norma excludente do recurso de revista”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 69, 2009, págs. 859-867;

– “Regime de subida da apelação” in *Cadernos de Direito Privado*, Número especial 1, Dezembro 2010, págs. 76 – 79;

MARQUES, J. P. Remédio, “Um breve olhar sobre o duplo grau de jurisdição em matéria de facto”, in *Cadernos de Direito Privado*, Número especial 1, Dezembro 2010, págs. 80 –90.

PEREIRA, João Aveiro, “O ónus de concluir nas alegações de recurso em processo civil”, in *O Direito*, ano 141, n.º 2, 2009, págs. 309-337.

PISSARRA, Nuno Andrade,

– “O conhecimento de factos supervenientes relativos ao mérito da causa pelo tribunal de recurso em processo civil”, *ROA*, ano 72, 2012, págs. 287-334;

– “Breves notas sobre os artigos 678º, 691º, 721º e 721º-A do Código de Processo Civil”, *O Direito*, 144º, 2012, págs. 259-315.

REGO, Carlos Lopes do, “Recurso da decisão de regulação do exercício do poder paternal: inconstitucionalidade da interpretação normativa do n.º 2 do artigo 680º do Código de Processo Civil que denega legitimidade para recorrer aos detentores da guarda de facto de menor”, in *Revista do Ministério Público*, ano 28, n.º 109, 2007, págs. 173-180.

SILVEIRA, Jorge Noronha, *Pluralidade das partes na fase dos recursos em processo civil*, Coimbra, Almedina, 1981.

SOARES, António Quirino Duarte, “Um novo papel para o Supremo Tribunal de Justiça”, in *Cadernos de Direito Privado*, Número especial 1, Dezembro 2010, págs. 91 –100.

SOUSA, Miguel Teixeira de, “Dupla conforme: critério e âmbito de conformidade”, in *Cadernos de Direito Privado*, n.º 21, 2008, págs. 21-27.

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.